

**A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA LOCAL E O PERIGO DOS
SILÊNCIOS E AUSÊNCIAS EM CONTEXTOS DE ESCRITA**

**THE CONSTRUCTION OF NARRATIVES ABOUT LOCAL HISTORY AND THE DANGER
OF SILENCES AND ABSENCES IN WRITING CONTEXTS**

**CONSTRUCTION DE RÉCITS SUR L'HISTOIRE LOCALE ET LE DANGER DES
«SILENCES ET ABSENCES» DANS DES CONTEXTES D'ÉCRITURE**

**LA CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS SOBRE LA HISTORIA LOCAL Y EL PELIGRO DE
LOS «SILENCIO Y AUSENCIAS» EN CONTEXTOS ESCRITOS**

JOÃO MOMBO SUNDA

<https://orcid.org/0009-0008-1860-5311>

Licenciado; Instituto Superior De Ciências Da Educação- Isced-Sumbe. Angola

reisundasunda@gmail.com

DATA DA RECEPÇÃO: Outubro, 2024 | DATA DA ACEITAÇÃO: Abril, 2025

RESUMO

O artigo “*A construção de narrativas sobre a História local e o perigo dos silêncios e ausências em contextos de escrita*” tem como objectivo analisar como se produzem os silêncios e ausências em contexto de escrita a partir da construção de narrativas sobre a história local nos TFCs do Curso de Ensino de História, ISCED-Cabinda, 2012-2021. A pesquisa identifica essas lacunas, abordando a discrepância entre a realidade do património cultural de Cabinda e a escassez de modelos para o ensino da história local. Também examina os encontros e desencontros ideológicos nas narrativas sobre a evolução histórico-política da Vila do Belize e Tandu-Nzinze, bem como a conflitualidade na designação da língua local, “Ibinda/Fioti”. Em vista disso, para a colecta de dados, foram utilizados métodos historiográficos, bibliográficos e análise documental, incluindo uma pesquisa qualitativa, permitindo assim, uma exploração aprofundada dos conteúdos produzidos pelos estudantes e pelos autores consultados. Os resultados indicam que a construção de narrativas sobre a história local (re) valoriza a memória cultural da região, estabelecendo uma conexão entre a formação académica e a realidade local. Contudo, os silêncios e ausências constatados, revelam um desequilíbrio na formação dos indivíduos e na produção historiográfica, sugerindo uma visão única da História que pode distorcer a complexidade das sociedades. Essa situação destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente no ensino da história local, promovendo uma compreensão mais rica e plural das experiências históricas da região.

Palavras-chave: Narrativas; Escrita da História; História Local; Silêncios/ausências e ensino de história.

ABSTRACT

The article “The construction of narratives about local history and the danger of “silences and absences” in writing contexts” aims to analyze how silences and absences are produced in writing contexts based on the construction of narratives about local history in the TFCs of the History Teaching Course, ISCED-Cabinda, 2012-2021. The research identifies these gaps, addressing the discrepancy between the reality of Cabinda's cultural heritage and the scarcity of models for teaching local history. It also examines the ideological agreements and disagreements in the narratives about the historical-political evolution of Vila do Belize and Tandu-Nzinze, as well as the conflict in the designation of the local language, “Ibinda/Fioti”. In view of this, historiographical, bibliographical and documentary analysis methods were used to collect data, including qualitative research, thus allowing an in-depth exploration of the content produced by the students and the authors consulted. The results indicate that the construction of narratives about local history (re)values the cultural memory of the region, establishing a connection between academic training and local reality. However, the silences and absences observed reveal an imbalance in the training of individuals and in historiographical production, suggesting a single vision of History that can distort the complexity of societies. This situation highlights the need for a more inclusive and comprehensive approach in the teaching of local history, promoting a richer and more plural understanding of the historical experiences of the region.

Keywords: Narratives, history writing, local history, silences/absences, history teaching.

RÉSUMÉ

L'article « La construction de récits sur l'histoire locale et le danger des « silences et des absences » dans les contextes d'écriture » vise à analyser comment les silences et les absences sont produits dans le contexte de l'écriture à partir de la construction de récits sur l'histoire locale dans les TFC du cours d'enseignement de l'histoire, ISCED-Cabinda, 2012-2021. La recherche identifie ces lacunes, en abordant le décalage entre la réalité du patrimoine culturel de Cabinda et la rareté des modèles d'enseignement de l'histoire locale. Il examine également les accords et les désaccords idéologiques dans les récits sur l'évolution historique et politique de Vila do Belize et de Tandu-Nzinze, ainsi que le conflit dans la désignation de la langue locale, « Ibinda/Fioti ». Dans cette optique, des méthodes d'analyse historiographique, bibliographique et documentaire ont été utilisées pour collecter des données, y compris des recherches qualitatives, permettant ainsi une exploration approfondie du contenu produit par les étudiants et les auteurs consultés. Les résultats indiquent que la construction de récits sur l'histoire locale (re)valorise la mémoire culturelle de la région, établissant un lien entre la formation académique et la réalité locale. Cependant, les silences et les absences observés révèlent un déséquilibre dans la formation des individus et dans la production historiographique, suggérant une vision unique de l'Histoire qui peut déformer la complexité des sociétés. Cette situation met en évidence la nécessité d'une approche plus inclusive et plus globale de l'enseignement de l'histoire locale, favorisant une compréhension plus riche et plus plurielle des expériences historiques de la région.

Mots-clés: Récits ; écriture de l'histoire ; histoire locale ; silences/absences ; enseignement de l'histoire.

RESUMEN

El artículo “La construcción de narrativas sobre la historia local y el peligro de los “silencios y ausencias” en contextos de escritura” tiene como objetivo analizar cómo se producen silencios y ausencias en el contexto de la escritura a partir de la construcción de narrativas sobre la historia local en los TFC del Curso de Profesorado de Historia, CINE-Cabinda, 2012-2021. La investigación identifica estas lagunas, abordando la discrepancia entre la realidad del patrimonio cultural de Cabinda y la escasez de modelos para enseñar la historia local. También examina los acuerdos y desacuerdos ideológicos en las narrativas sobre la evolución histórico-política de Vila do Belize y Tandu-Nzinze, así como el conflicto en la designación de la lengua local, “Ibinda/Fioti”. Para ello, para la recolección de datos se utilizaron métodos de análisis historiográfico, bibliográfico y documental, incluyendo investigación cualitativa, permitiendo así explorar en profundidad el contenido producido por los estudiantes y los autores consultados. Los resultados indican que la construcción de narrativas sobre la historia local (re)valora la memoria cultural de la región, estableciendo una conexión entre la formación académica y la realidad local. Sin embargo, los silencios y ausencias observados revelan un desequilibrio en la formación de los individuos y en la producción historiográfica, sugiriendo una visión única de la Historia que puede distorsionar la complejidad de las sociedades. Esta situación resalta la necesidad de un enfoque más inclusivo e integral para la enseñanza de la historia local, promoviendo una comprensión más rica y pluralista de las experiencias históricas de la región.

Palabras clave: Narrativas; escritura de historia; historia local; silencios/ausencias; enseñanza de la historia.

1. INTRODUÇÃO

A produção historiográfica e educacional em Angola enfrenta grandes desafios que impactam o processo de ensino e aprendizagem dentro das instituições. Essa dinâmica evidencia uma diversidade de temas, problemas, abordagens e fontes relevantes, com o objetivo de promover e preservar a identidade cultural do país. Por isso, as narrativas históricas, elaboradas por docentes, historiadores, educadores, pesquisadores e estudantes em diversas academias, no ensino superior, especialmente, ressaltam a importância da construção das narrativas da história local. Essas narrativas são fundamentais porque permitem que o indivíduo dê sentido a sua história e projecte seu futuro.

Além disso, é crucial compreender que a questão das origens dos acontecimentos no tempo são os eternos problemas da História. O acontecimento é um fragmento de realidade captada e, como tal, fugaz, nunca de carácter simples, mas complexo e com uma infinidade de sentidos (Batsíkama, 2010, p. 16). Nesse sentido, é necessário repensar a construção do conhecimento sobre a história local, buscando devolver a dignidade à realidade histórico-cultural dos povos. E por outro, levar em consideração que, a contextualização temporal e espacial é essencial para que esse conhecimento continue a perpetuar-se nas memórias individuais e colectivas das novas e futuras gerações. Nessa perspectiva, a educação contemporânea não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também um processo que promove o desenvolvimento dos

indivíduos por meio de conhecimentos, experiências culturais e das diversas influências e inter-relações que contribuem para a formação do ser humano.

Justificativa e Importância do Tema

A construção de narrativas sobre a história local é crucial, principalmente nos tempos actuais, quando muitos aspectos da cultura e identidade correm o risco de serem silenciados. Essas narrativas preservam a memória colectiva e enriquecem a compreensão da realidade, ajudando a valorizar a identidade, especialmente em regiões como Cabinda. A pesquisa visa enriquecer a formação de professores, incentivando a elaboração de narrativas que reflectam as vivências e tradições ancestrais, essenciais para combater silêncios e ausências na história local.

Nesse contexto, esse enfoque académico melhora a interacção entre docentes e discentes, promovendo um diálogo que inclui perspectivas frequentemente marginalizadas. Socialmente, a relevância da temática desperta a comunidade académica para as narrativas afrocentradas, fortalecendo a relação entre instituições de ensino e a sociedade.

A Constituição da República de Angola, no artigo 19.º, destaca a valorização do estudo e uso das línguas locais, reconhecendo a cultura como a “alma de um povo” (Angola, 2022, p. 26). Essa permissão constitucional abre uma oportunidade para despertar a consciência académica sobre a importância do uso das línguas locais nas pesquisas historiográficas. A chave de qualquer cultura é a língua, o que facilita ao pesquisador um entendimento profundo dos eventos relacionados à nossa realidade e assegura uma comunicação eficaz com as fontes históricas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O contexto histórico das narrativas

O termo narrar tem sua origem no latim “narrativo”, que se refere ao acto de relatar, narrar, contar eventos, histórias, experiências e vivências. A História oral e as fontes audio-visuais, embora reconhecidas como mais recentes, emergem como pilares fundamentais na pesquisa histórica contemporânea. As fontes históricas são cruciais não apenas para quem investiga, mas também para aqueles que se aventuram a explorar arquivos, colectar depoimentos e manusear documentos, buscando entender as experiências dos nossos antepassados (Pinsky, 2008, pp. 8-10). Além disso, Pinsky (2008) nos lembra que os primeiros relatos da vida humana foram registados em cavernas, utilizando materiais rudimentares. Com a formação de sociedades complexas no Oriente antigo, a introdução de novas formas de registo, como a invenção da escrita, possibilitou a documentação de períodos históricos de maneira mais sistemática.

Porém, entende-se que os primeiros relatos da vida humana foram grafados em cavernas, surgiram sociedades complexas, como as do Oriente antigo, gerando novas configurações de registos” (Pinsky, 2008, p. 10). A produção historiográfica não pode ser dissociada das fontes históricas, que oferecem estabilidade ao pesquisador e constituem a base sólida a partir da qual dados históricos são explorados. A revolução proposta pela nova História, a partir da influência da revista *Annales*, trouxe uma nova forma de construir e reflectir sobre a história como ciência, enfatizando a importância de uma abordagem multidimensional. Entretanto, a ausência de fontes confiáveis pode resultar em silenciamentos históricos, um fenómeno que Bauman (1989) explora ao

afirmar que “O indivíduo livre, longe de ser uma condição universal da humanidade, é uma criação histórica e social” (p. 17).

Cada momento histórico é uma intersecção de caminhos que orientam o futuro. As narrativas históricas são ferramentas que nos permitem compreender a diferença entre passado e futuro. Bauman (1989) observa que: «sem escolha não há futuro, mesmo que a escolha consista na abstenção de escolha» (p. 144). Nesse contexto, os historiadores devem recusar a aceitação passiva de narrativas fixas, frequentemente moldadas por um modernismo eurocêntrico. O pesquisador deve adoptar metodologias que não apenas conduzam à construção de conhecimentos sobre a História, mas que também valorizem as especificidades da História local, nacional e internacional. Certeau (1982) destaca que «o fazer história se apoia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação, etc.) onde um querer pode e deve escrever um sistema» (p. 65).

A prática historiográfica deve estar ciente da relação intrínseca entre o corpo social e a produção de saber. Certeau (1982, p. 13) argumenta que não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social. Assim, a História, como outras ciências, possui um carácter dinâmico e em constante evolução. O pesquisador deve indagar sobre sua própria prática: qual é sua relação com a sociedade e que tipo de narrativas ele produz.

Por isso, o silêncio, conforme o dicionário Priberam, refere-se à ausência de sons audíveis e de comunicação. Traouillot (2016) enfatiza que os silenciamentos são processos activos e intencionais. Silencia-se um facto ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. Por sua vez, a ausência, derivada do latim *absentia*, refere-se ao estado de estar fora ou afastado. Este entendimento da ausência é crucial para a análise da produção histórica, pois os silenciamentos e as omissões podem influenciar profundamente a narrativa que é construída e, conseqüentemente, a compreensão do passado pelas novas gerações.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O ISCED-Cabinda está situado na periferia da cidade de Cabinda, no bairro Cabassango, próximo ao Instituto Médio de Economia de Cabinda (IMEC). A instituição possui uma infra-estrutura composta por salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca, e vários departamentos administrativos e académicos. A autonomia do ISCED é ressaltada pelo seu Estatuto Orgânico, que define as suas competências e responsabilidades no âmbito da formação e pesquisa.

A direcção do ISCED-Cabinda é composta por um Presidente e dois Vice-Presidentes, responsáveis por assuntos académicos e científicos. Além disso, existem órgãos colegiais como o Conselho Geral e o Conselho Pedagógico que auxiliam na tomada de decisões importantes.

O ISCED-Cabinda oferece uma variedade de cursos, incluindo Ensino de História, Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Matemática, Educação de Infância, Ensino Primário, Ensino de Língua Inglesa e Ensino de Biologia. Além de Mestrados de Especialidades em Metodologia de Ensino, Ensino de Matemática e Língua Portuguesa. O universo e amostra da pesquisa abrangem os trabalhos de conclusão de curso (TFC), defendidos pelos estudantes do curso de Ensino de História entre 2012 a 2021.

3.1. Distribuição das Monografias (População e Amostra)

A distribuição das monografias que constituem a população e amostra em estudo, está voltada aos estudantes do Curso de Ensino de História do período Regular e Pós Laboral, entre os dois géneros, apresentando a percentagem de 100 %. No total, para a **população**, foram seleccionadas **100** monografias de diferentes temas, com a distribuição dos trabalhos pelos anos da seguinte forma: 4 monografias em **2012**, 16 em **2013**, 8 em **2014**, 7 em **2015**, 4 em **2016**, 12 em **2017**, 3 em **2018**, 14 em **2019**, 13 em **2020** e 19 em **2021**. Essas monografias estão disponíveis na Biblioteca do ISCED-Cabinda, organizadas na prateleira correspondente aos trabalhos de graduação dos estudantes de Ensino de História.

Dos **100** trabalhos de conclusão de curso (TFC) disponíveis, foram seleccionados com base em critérios rigorosos uma **amostra** do estudo composta por **20** monografias dos Licenciados do curso de Ensino de História do ISCED-Cabinda, defendidas entre 2012 a 2021. A amostra inclui 17 estudantes do género masculino (85%) e 3 do género feminino (15%). A selecção da amostra considerou a originalidade, organização textual e relevância das temáticas abordadas, excluindo trabalhos com conteúdos repetidos ou descontextualizados. A seguir, estão organizados os trabalhos seleccionados, destacando seus títulos e temas principais:

1. **António Paulo Zemba (2012)**: Analisa a concorrência europeia em Cabinda entre os séculos XVII e XIX;
2. **Luís Malonda Dumbi e Paulo Macaia (2012)**: Discutem a evolução da vila de Belize entre 1950 e 2001;
3. **Filomena Tula Passi & Suzete Madalena B. Yoba (2013)**: Estudam o conhecimento da língua Ibinda entre jovens de 18 a 25 anos.
4. **Norberto Chicuata Bachi (2013)**: Reflete sobre o casamento tradicional no interior da província de Cabinda;
5. **Avelino Silvestre Vasco De Almeida (2014)**: Reflete sobre medidas para fortalecer a cultura local no município de Cabinda;
6. **Carlos Luemba Chocolate (2014)**: Estuda a constituição política do reino do Ngoio e seus principais rituais entre 1500 e 1960;
7. **Amândio António Canhunda (2015)**: Analisa a invasão e ocupação holandesa em Angola, com ênfase em Cabinda (1641-1648);
8. **Leonardo Tsicani Massiala (2015)**: Examina disputas entre potências coloniais em Cabinda entre os séculos XVI e XVIII;
9. **Cláudio José Vaba Lola (2016)**: Valoriza os antropónimos como símbolos da identidade cultural dos habitantes de Lândana;
10. **Manuel Castro (2016)**: Analisa o impacto do tratado de Chinfuma no ensino e aprendizagem de História entre novas gerações;
11. **Eduardo Norberto Baptista Mpumba (2017)**: Investiga a identidade cultural dos povos de Cabinda, destacando valores educativos da música Kintueni;
12. **Camilo André Guilhermina Barros (2017)**: Relata a evolução do povoado Tandu-Nzinze para comuna entre 1930 e 2012;
13. **Firmino André Mbulo (2018)**: Analisa o papel dos monumentos e sítios históricos na preservação da identidade cultural do povo de Cabinda;
14. **Pedro Celestino da Cruz Gomes (2018)**: Estuda o processo de ensino e aprendizagem em Cabinda durante o período colonial (1961-1974);
15. **Pascoalina Mingas Micano (2019)**: Reflete sobre a crise de identidade cultural dos jovens em Lândana, Município de Caongo;

- 16. Estevão Brás Conde Bambi (2019):** Explora a relação entre o ensino de História e a identidade cultural em Cabinda, com base em relatos de professores e alunos;
- 17. João Passi Bungo (2020):** Investiga a contribuição histórica do tratado de protectorado do Simulambuco para o ensino da História de Angola;
- 18. Abrão Júnior Macaia (2020):** Aborda a importância histórica dos monumentos holandeses do século XVII e sua evolução sócio urbanística em Cabinda;
- 19. Josefina Da Purificação Futi Mingo (2021):** Discute a conservação do Tchicumbi e do alambamento na aldeia do Chiazi entre 1885 e 2002;
- 20. Marcos Alexandre Massevo Cuanga (2021):** Examina a importância do ensino da história local na construção da identidade cultural entre alunos da 7ª classe.

Além disso, os critérios de inclusão levaram em conta aspectos como título, introdução, metodologias de pesquisa e resultados. Esse processo garantiu que a amostra representasse adequadamente a produção académicas e as contribuições dos estudantes para a história local.

3.2. Modelos e Métodos de pesquisa

O presente artigo explora diferentes tipos de pesquisa, com foco na pesquisa qualitativa e no método de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa qualitativa é caracterizada pela sua abordagem dinâmica entre o mundo real e a subjectividade do pesquisador, priorizando a interpretação e a atribuição de significados, o que a torna especialmente relevante para estudos históricos. Embora ofereça uma compreensão aprofundada dos contextos, essa abordagem também enfrenta desafios, como a dinâmica de poder entre pesquisador e objecto de pesquisa.

Percebemos que as fontes primárias são essenciais para o apoio às narrativas históricas, contribuindo para a construção do conhecimento histórico no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda). O método de pesquisa bibliográfica, portanto, se revela como uma ferramenta crucial nesse processo. Ao passo que, o método da pesquisa documental, baseia-se em documentos que podem ser quantitativos ou qualitativos, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza materiais já elaborados, como livros e artigos científicos (Gil, 2002).

Por outro, a análise de dados, predominantemente qualitativa, é crucial para a interpretação das narrativas históricas. Nesse contexto, a análise de monografias de estudantes revela silêncios e ausências, permitindo uma crítica construtiva sobre a evolução das narrativas da História Local e sua relevância cultural na região de Cabinda. A História por ser considerada tanto um campo científico quanto uma forma de arte, permite a configuração de narrativas. Por isso, o método da História Oral auxilia o pesquisador a produzir conhecimento a partir dos relatos dos entrevistados (Barros, 2013). Por último, Adichie (2009) ressalta a importância de se considerar múltiplas histórias e discute como a história única pode obscurecer a complexidade das experiências humanas. Para não penetrar nesse obscurantismo, a pesquisa histórica requer uma abordagem metódica que combina diferentes tipos de pesquisa e métodos.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

O objectivo da história, na visão da historiadora Adichie (2009), é proporcionar uma compreensão multifacetada da experiência humana, destacando a importância de contar

histórias a partir de diversas perspectivas. Nesta conformidade, percebemos que ela enfatiza que a história deve evitar a *história única*, que simplifica e distorce a realidade, desumanizando as pessoas e suas experiências. Por conseguinte, procede-se a análise dos silenciamentos e ausências identificadas em contexto de escrita e as devidas discussões sobre os resultados da pesquisa em causa.

4.1. A discrepância entre a realidade do património cultural e sua relevância entre os habitantes de Cabinda

A discrepância e o desconhecimento acerca do património cultural de Cabinda revelam um cenário preocupante que impacta a identidade e a memória colectiva da região. A análise das narrativas, como a de Mbulo (2018), evidencia um silenciamento sistemático de monumentos e eventos históricos, resultando na desvalorização desses elementos essenciais para a construção da história local.

Os monumentos, que deveriam ser reconhecidos como portadores de significados históricos e culturais, são frequentemente relegados a um segundo plano, considerados apenas sob uma óptica político-tradicional e estática. Isso não apenas impede a manutenção e preservação desses patrimónios, mas também dificulta a transmissão de saberes e valores às novas gerações. O reconhecimento do tratado de Chinfuma, por exemplo, é crucial para a compreensão das dinâmicas históricas e identitárias de Cabinda, mas permanece ausente em muitas narrativas.

A ideia de identidade cultural, que deveria abraçar a pluralidade e a riqueza das tradições locais, muitas vezes acaba sendo simplificada, ignorando a diversidade que caracteriza os povos de Cabinda. O silenciamento de aspectos históricos como o tratado de Simulambuco, por sua vez, contribui para uma ruptura na percepção histórica e cultural da população, tornando urgente a necessidade de resgatar e valorizar esses elementos.

Por outro, a análise das narrativas sobre o património cultural de Cabinda, como explorado por Mbulo (2018), revela um cenário alarmante de silenciamentos e ausências. A desvalorização dos monumentos históricos, tratados como elementos estáticos e sem manutenção, impede que sua rica história e significado sejam plenamente reconhecidos e valorizados. Esses monumentos são testemunhos de eventos que moldaram a identidade local e, ao serem ignorados, corre-se o risco de desarticular a compreensão histórica das novas gerações.

A identidade cultural dos povos de Cabinda, que deveria ser celebrada em sua diversidade, muitas vezes é apresentada de forma simplificada. Esse enfoque reduz as complexidades e particularidades que caracterizam a região, como notado nas obras de Massanga (2022). A ausência do tratado de Chinfuma nas narrativas de Mbulo é um exemplo claro dessa lacuna, pois este acordo é fundamental para entender as relações históricas entre os povos locais e as potências coloniais, especialmente em um contexto em que os cabindenses buscavam protecção e reconhecimento.

Essa falta de valorização dos monumentos históricos é uma questão que se alinha directamente com a necessidade de preservação e conservação desses legados, especialmente em um contexto multicultural que demanda um entendimento mais profundo de nossa história. O tratado de Chinfuma, assinado no contexto das preocupações dos cabindenses com a divisão do Congo, ilustra a luta por reconhecimento e direitos ancestrais. As decisões tomadas por representantes locais

durante a conferência de Berlim reflectem uma consciência política e um desejo de proteger sua soberania. No entanto, a falta de menção a figuras importantes na assinatura de outros tratados, como o de Simulambuco, levanta questões cruciais sobre o que e como se ensina nas escolas, e por que há uma escassez de narrativas historiográficas relacionadas a esses eventos.

A negligência das acções populares em favor das elites acentua um problema de representação histórica, prejudicando a capacidade dos estudantes de se conectar com suas raízes. A pesquisa de Macaia (2020) sobre os monumentos de construção holandesa em Cabinda reforça a importância dos monumentos como agentes formadores de narrativas, demonstrando que eles são mais do que estruturas físicas; são portadores de histórias que precisam ser preservadas e transmitidas.

Além disso, a afirmação de Bloch (2001) sobre a ignorância do passado destaca que a falta de compreensão histórica não apenas afecta o presente, mas compromete também a acção colectiva. Nesse sentido, em várias sociedades africanas, há uma crescente ansiedade em reaver valores culturais perdidos, e a preservação de monumentos históricos é um passo vital nesse processo. Em suma, essas construções históricas não foram criadas apenas com uma finalidade arquitectónica, mas sim como símbolos de eventos e narrativas que devem ser passados para as próximas gerações.

4.2. Encontros e desencontros ideológicos nas narrativas da evolução histórico-política da Vila do Belize e Tandu-Nzinze

A construção de narrativas históricas reflete tanto a dimensão racional quanto a subjectiva do historiador. Essa dualidade é fundamental para evitar silêncios e ausências na historiografia dos factos que marcam o percurso histórico de várias regiões do país. A análise em questão, foi reflectida na monografia de Dumbi e Macaia (2012), intitulada *Reflexão Histórica sobre a Evolução da Vila de Belize 1950-2001*, que visa estimular a sociedade a reflectir sobre essa evolução. Os autores destacam que a Vila do Belize transita por um processo histórico influenciado pela presença dos portugueses e missionários católicos, especialmente com a fixação da Igreja de Santo António.

Belize, um dos municípios da província de Cabinda, está situado a aproximadamente 170 km da sede municipal e abrange uma área de 1.096 km². O nome Belize deriva do *Mbidizi*, um rio situado na fronteira entre Luali e a República do Congo Brazzaville. Dumbi e Macaia (2012) explicam que o antigo posto colonial português, conhecido como *Mpelo Mbidizi*, possui uma queda de água de mais de um metro de altura. Os mesmos autores, sugerem que a etimologia de Belize é uma distorção do termo *Mbidizi*, e mencionam que a região também era chamada de Ntangu Mbata por comerciantes locais.

Nas nuances desses autores, percebe-se os factores que conferem a uma área a categoria de vila são condicionais e universais, envolvendo aspectos como o número de aldeias, a pressão demográfica, a organização social e urbana, e condições favoráveis do local. Dumbi e Macaia (2012) apontam que, influenciados pelo colonialismo português, os autóctones buscaram elevar o posto administrativo de Belize à categoria de Vila em 26 de Setembro de 1956, sob a liderança de Nguimbi Kikuango, o primeiro administrador.

Contudo, há uma lacuna na narrativa sobre a organização de Belize antes da chegada dos colonizadores, especialmente considerando que a região fazia parte do antigo Reino do Loango. Martins (1972) observa que a designação de povos como *Baiombe* carrega

uma carga semântica discriminatória, o que contribui para o silenciamento da história dessa região.

Hoje, há uma maior disponibilidade de fontes locais sobre o Reino do Ngoio e Kaongo, em contraste com o Loango, criando desafios para historiadores. Martins (1972) destaca que a designação de Ba-loangos se aplicava aos habitantes dessa região, e menciona que Belize começou como um posto administrativo colonial, cuja evolução permitiu sua elevação à categoria de Vila.

Ora, Dumbi e Macaia (2012) também abordam a celebração da ascensão da Vila de Belize, datada incorrectamente por alguns como 29 de Setembro de 1956, quando na verdade a data correta é 26 de Setembro de 1956. Essa confusão, remete a uma convenção estabelecida por líderes municipais do MPLA em 1994, em um contexto de resistência militar da UNITA.

Portanto, é essencial que as fontes históricas sejam analisadas criticamente para evitar silêncios e ausências na narrativa. Como afirmado por Foucault (1972), as narrativas podem aprisionar-se em ciclos de repetição que obscurecem a verdade histórica. Em relação à evolução do Tandu-Nzinze, Barros (2017) em sua monografia *Tandu-Nzinze: Do Povoado à Comuna, 1930-2012*, explora a posição histórica da comuna, evidenciando que sua elevação a comuna ocorreu devido à densidade populacional e extensão territorial. Porém, o termo “comuna” possui diversos sentidos históricos, especialmente na Europa, onde teve seu desenvolvimento e organização política.

Barros (2017) relata que Tandu-Nzinze, antes uma povoação, foi elevada a posto administrativo e, após a independência, a comuna. O nome Tandu-Nzinze é derivado do termo *N'Tandu-Nzinze*, que significa *Planície de moscas*. A origem dos habitantes está ligada ao antigo Reino de Maongo, com a missão de Lucula-Zenze desempenhando um papel significativo na história local. O contexto histórico do Tandu-Nzinze também é marcado pela guerra colonial, onde muitos habitantes fugiram para a RDC durante os ataques a tropas portuguesas.

Além disso, Barros (2017) destaca que a revolta popular de Makama Nzila, a 12 de Abril de 1961, a guerra contra o colonialismo português eclodiu em Cabinda. As aldeias de Makanga Grande, *Makanga Pequena*, *S. José Limanu*, *Kinswa*, *S. Luís de Mabiala*, *Kunda*, *Kindende*, *Wangulu*, *Santo Eugénio*, *João S. Miguel*, *S. José*, fugiram para a R.D.C, acompanhados por alguns padres.

Com o não desenvolvimento da missão, D. Moisés Alves de Pinto (1888-1980), até pensou em fechar a missão. A população na RDC, formaram campos de refugiados; Nlundu-Matende-Matende, Kimbianga, Mfuiki e Tseke-Zola (p. 29). Este marco histórico, constituiu um silêncio nas narrativas históricas, apesar da sua importância para a luta contra o colonialismo em Cabinda.

O ataque resultou na morte de 56 soldados coloniais e visava acabar com o tráfico de escravos. Após a independência, o primeiro chefe do posto administrativo de Tandu-Nzinze foi Len Castro, que governou até 1975, quando a região foi oficialmente reconhecida como comuna. Segundo a tradição oral da região, o ataque foi minuciosamente preparado a partir do Congo Leopoldville, na aldeia de Yema Liyanga, onde se encontrava o grande impulsionador, já falecido, da igreja Evangélica, João Baptista Brás que dizia ter poderes sobrenaturais. Esse cenário, hoje, foi silenciado nas nossas narrativas historiográficas.

4.3. A conflitualidade na designação da língua local falada em Cabinda “Ibinda/Fiote”

A língua «não é apenas considerada um fetiche, mas também um instrumento delicado, cujo poder mágico influencia a mente das pessoas e, especialmente, dos artífices da língua, como se possuísse vida própria» (Zau, 2011, p. 85). Essa afirmação é viável graças ao princípio activo e cativo da língua.

Na perspectiva da concepção dos habitantes de Cabinda sobre a designação da língua local, “Fiote/Ibinda” tornou-se tema de discussão em várias academias científicas, não apenas nessa circunscrição, mas também a nível nacional. Em análise, a monografia intitulada *O nível de conhecimento da língua Ibinda no seio da juventude: Estudo do caso dos jovens de 18 a 25 anos, residentes no Bairro 1º de Maio, Zona A, 2012*, de Passi e Yoba (2013), cujo objectivo é estudar o nível de conhecimento da língua Ibinda entre os jovens.

Os resultados obtidos revelam que o nível de conhecimento da língua Ibinda entre a juventude é muito baixo, pois estes sentem vergonha de se expressar em Ibinda. Além disso, o sistema de ensino do país não incentiva a fala e o ensino das línguas locais, as famílias se comunicam pouco em Ibinda e, nas grelhas curriculares, não há disciplinas relacionadas ao ensino das línguas nacionais. As famílias cabindenses, continuam a se comunicar em português, com maior intensidade nas zonas urbanas, em que algumas famílias, pouco se comunicam em Ibinda, resultando em um caos no uso das línguas locais entre as futuras gerações. Investigando minuciosamente, percebe-se que a palavra *Fiote* refere-se à cor negra, com variantes como *kufiota*, *Nfioti*, *Fioti* e *Kufiota*. Paralelamente, *Fiote* serve para designar todas as línguas faladas na África subsaariana, da qual Angola faz parte, incluindo a raça negra (Passi & Yoba, 2013, p. 22-23).

Entende-se que o termo *Fiote* é pejorativo, significando pequeno e negro. Martins (1972) menciona que esta palavra era utilizado por alguns, sem justificativa sólida, para designar o dialecto das gentes de N'Goyo e Kakongo. O termo *Ibinda* congrega valores morais e éticos de unidade para os povos de Cabinda, independentemente das tribos e variantes linguísticas.

O contacto com os portugueses prejudicou alguns valores linguísticos da região, impactando as extremidades sociais do povo de Cabinda e impondo modos de vida da realidade portuguesa, quebrando gradualmente o cordão da manifestação identitária local. Essa problemática da conservação das línguas relaciona-se com o respeito pelos usos e costumes dos ancestrais, que hoje enfrentam desafios devido à globalização.

O *Ibinda* é designado como língua materna, abrangendo sete variantes notáveis conforme as áreas de jurisdição dos três reinos: Reino do Loango, Kakongo e Ngoio. Essa língua é compreendida por todos os seus nativos, mas carrega nuances em dicção e pronúncia regionais: *Iwoyo*, *Ikochi*, *Ilinji*, *Ivili*, *Iombe*, *Ikuankongo*, *Isundi* (Passi & Yoba, 2013, p. 23).

O baixo nível de conhecimento da língua Ibinda entre os jovens da nova geração também está relacionado ao silenciamento e à ausência do ensino das línguas locais/nacionais nos níveis educacionais. Diante disso, indagamo-nos, como os jovens poderão dominar a fala do *Ibinda* se as escolas não ensinam as técnicas linguísticas da língua? Enquanto isso, o plano curricular utilizado em Angola apresenta um viés português que pouco contribui para a valorização das línguas nacionais e suas culturas (Bernardo, 2018, p. 54). Embora os jovens considerem bonito falar *Ibinda*, as instituições não facilitam esse aprendizado, e a crise de valores culturais nas famílias

agrava a situação. Isso resultou em um “nível muito baixo de conhecimento do *Ibinda* por parte da juventude, e é necessário que as instituições relevantes atentem para essa situação que aflige a sociedade (Passi & Yoba, 2013, p. 32).

Historicamente, as sociedades africanas sempre olharam para a oralidade como um meio essencial de conexão comunitária, com a língua simbolizando o processo de interação e pertencimento. Como mencionado por Zau (2011): «a língua é um instrumento que, além de fetiche, exerce um poder mágico sobre a mente das pessoas, reflectindo a sua própria vida» (p. 85).

As ausências detectadas no sistema educacional angolano não reflectem a diversidade linguística e cultural do país, apresentando insuficiências em oferecer um ensino inclusivo. É importante que se leve em consideração, que o ensino de línguas nacionais é crucial para a transformação do indivíduo (Bernardo, 2018, p. 56). A ausência do ensino das línguas nacionais em Angola contribui para o desaparecimento gradual de valores linguísticos, como provérbios e tradições locais. A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSEE) nº 32/20 apresenta detalhes sobre as línguas locais no ensino, mas favorece o uso do português. O artigo 16º, ponto (1), estabelece que o ensino em Angola deve ser ministrado em português, uma directriz que parece um obstáculo para o ensino das línguas nacionais.

O processo de assimilação colonial português buscava destruir os valores culturais nativos, promovendo um apoio social ao colonialismo por meio de uma camada intermediária de nativos assimilados. Isso gerou um envenenamento mental, onde muitos nativos abandonaram seus costumes em favor dos ocidentais. A este respeito, Gomes (2018) revela que a educação colonial dividiu a população em assimilados e não assimilados, provocando rivalidades (p. 12).

Nesse contexto, a evolução do ensino em Cabinda é marcada por três fases, com destaque para a de 1846 a 1974, em que o ensino estava a cargo das autoridades coloniais. A influência dos missionários na educação é evidente, sendo eles os primeiros professores da região. A construção da missão católica em Lândana, em 1873, foi crucial para o avanço do ensino (Martins, 1972).

Por fim, Gomes (2018) menciona o projecto “Calabube”, criado pelo governo colonial para responder às pressões internacionais, permitindo a construção de escolas e centros sanitários nos municípios de Cabinda, Landana, Buco-Zau e Belize. Embora tenha contribuído para a escolarização, o projecto reflectiu o interesse colonial em instruir os indígenas, em resposta às críticas externas.

4.4. Desvios de valores tradicionais na prática do Chicumbi, alambamento e Kintueni

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim, a chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2006, p. 7).

Com um olhar histórico-clínico, é fácil perceber as metamorfoses que as culturas das sociedades mundiais vão sofrendo ao longo dos tempos, não só por causa da globalização, nem tão pouco por choques culturais, mas pela questão dos novos

paradigmas que a produção historiográfica tem tomado desde as últimas décadas do século XX.

Neste contexto, a monografia de Mingo (2021) intitulada *Importância da conservação do Tchicumbi e do alambamento na aldeia do Chiazi, 1885-2022*, visa compreender a importância da conservação do Tchicumbi e do alambamento na aldeia do Chiazi, de 1885 a 2022. Os resultados obtidos por Mingo (2021), mostram que a prática do Tchicumbi continua a ser cumprida na aldeia do Chiazi, mas não como é recomendada. Para Mingo (2021), o Tchicumbi é um acto ou cerimónia tradicional que une as famílias, com o objectivo de preparar a jovem mulher para a vida adulta, numa educação familiar. O ritual avalia e credita o grau de conhecimento e habilidades que uma jovem deve possuir antes de entrar na adolescência e na vida conjugal.

Por isso, o significado histórico ou cultural do Tchicumbi começa com a própria família; é uma cerimónia tradicional que envolve todas as famílias no sentido parental. As famílias cujas filhas passaram pela prática do Tchicumbi eram honradas e respeitadas. Este ritual funciona como uma escola, um momento específico de aprendizagem, em que a prática do Tchicumbi tinha relação com *Nzo Kicumbi* ou *Nzo Kualama*, onde a rapariga deveria ficar dentro de casa (Nzó) por algum tempo (Mingo, 2021, p. 55).

Durante o processo de Tchicumbi, as raparigas ficavam na casa de tinta por um período que variava de 7 dias ou mais, sendo obrigadas, entre outras coisas, a comerem uma galinha inteira e rapar o cabelo. Durante esse período, as raparigas do Kikumbi não tinham contacto com o resto dos familiares; uma equipe específica da família cuidava de suas necessidades. Martins (1972) fez uma distinção de termos importantes relacionados a esse ritual, como a *Nzo Kumbi Kimpilo* e a *Nzo Kualama*, que se referem às casas onde a rapariga passava por cerimónias antes de tomar seu estado.

Além disso, Mingo (2021) torna visível a afirmação de que a finalidade da casa da tinta é levantar a proibição de uniões sexuais e permitir a vida de casados, trazendo benefícios à instituição da casa da tinta. O alambamento, um costume tradicional, é a cerimónia em que o homem se torna esposo da mulher, mediante rituais que respeitam os costumes regionais (p. 55).

Os silenciamentos e ausências identificados nas narrativas construídas por Mingo (2021) restringem-se ao tipo de pesquisa utilizada, que permitiu que ele se cingisse a uma pequena fracção da sociedade do Chiazi. Observamos silêncios involuntários e voluntários, como o impacto da virgindade e o cumprimento das fases antecedentes dos casamentos. Martins (1972) observa que o termo “Casa das Tintas” foi designado pelos europeus, referindo-se ao facto de que as pessoas que entram nessas casas se pintam durante os rituais.

Massanga (2014, p. 184-185), esclarece o ritual de *Tchikumbi* como “*Casa de Tinta*”, ressaltando a variação na expressão dessa prática cultural devido às vertentes linguísticas de Cabinda. O alambamento, segundo Massanga (2014), é muitas vezes visto como uma “compra”, o que gerou resistência entre alguns, mas os resultados positivos são escassos.

Por último, tanto os Tchicumbi quanto o alambamento são práticas tradicionais que, embora tenham sofrido mudanças ao longo do tempo, continuam a ser relevantes na promoção e conservação dos valores culturais. Bachi (2013) observa que a falta de diálogo entre anciãos e jovens contribui para a violação das normas do casamento tradicional, reflectindo a necessidade de resgatar essas práticas em meio às influências

da modernidade. A análise de Bachi (2013) sobre o casamento tradicional na comuna de Necuto revela diversas fases, como o interesse inicial do homem pela mulher, a entrega de artigos à família dela e a escolha dos pais, que variam em relevância no contexto actual, onde muitos desses costumes estão em declínio devido à modernidade e à globalização.

O casamento, antes visto como um laço entre famílias clânicas, agora enfrenta a questão da “compra” da noiva, levando a uma desvalorização da prática do alambamento. Martins (1972) e Massanga (2014) ressaltam a importância cultural do alambamento como reconhecimento e gratidão, embora a prática tenha se tornado controversa.

A monografia de Mpumba (2017), explora a identidade cultural de Cabinda através da música Kintueni, cuja etimologia remete à juventude e à renovação. Surgida nos anos 60, o Kintueni, inicialmente vista com desprezo por alguns, começou a ganhar popularidade, especialmente entre os jovens nas áreas fronteiriças. A música, originária da tribo Yombe na RDC, é agora um símbolo cultural importante em Cabinda, presente em diversos eventos e reconhecida como parte essencial da cultura local, com 87,5% da população a identificá-la como música, dança e ritmo, isto é segundo Mpumba (2017). O *Kintueni* reflete uma dualidade cultural e social, destacando a necessidade de preservar e valorizar as tradições locais em um contexto globalizado.

4.5. A importância do ensino da história Local

A convivência e a imersão nas culturas locais são essenciais para compreender e valorizar a identidade de um povo. A esse respeito, Martins (1972) ressalta que «não são precisos anos. É preciso conviver com eles, aceitar comer com eles uma muambada ou convidá-los para a nossa mesa. É através dessa interação profunda que conseguimos entender a alma de um povo, ouvindo suas histórias e partilhando momentos significativos» (p. 1-2).

Nesse contexto, a análise das contribuições sobre os usos e costumes dos Cabindas permite que contextualizemos o processo de ensino e aprendizagem, especialmente à luz da monografia de Cuanga (2021), intitulada *A importância da História local na construção da identidade cultural. Caso dos alunos da 7ª Classe do complexo escolar Faty-Veneno*. O trabalho de Cuanga objectiva demonstrar a relevância de os alunos conhecerem e valorizarem a história local como património histórico de sua comunidade e do país.

Os resultados obtidos por Cuanga mostram que a imitação e a aceitação excessiva de culturas externas têm contribuído para o desaparecimento dos valores culturais de Cabinda. Para isso, é necessário que os currículos escolares incluam componentes históricos da região, com uma entrega rigorosa na formulação dos programas de ensino. O ensino da História deve situar o aluno no momento histórico em que vive, contribuindo para a construção de sua identidade cultural e para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a um povo. O professor de História desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo responsável pela formação da consciência histórica e cultural dos alunos.

É essencial, portanto, repensar a construção da identidade cultural de Cabinda, considerando a diversidade existente na região. Os hábitos, usos e costumes são traços culturais que representam a identidade etnológica e antropológica do povo. A crítica de Bourdieu (1996) destaca que a relação entre o património cultural e os indivíduos pode estar em risco, caso não sejam criadas condições para sua valorização no contexto

educacional. Portanto, é urgente a desconstrução de narrativas historiográficas que muitas vezes reproduzem uma visão eurocêntrica. Contudo, Luemba (2022) enfatiza que a educação em África, construída sob um modelo europeu, tem dificultado a conservação e transmissão da racionalidade africana.

Entretanto, a alienação cultural observada na sociedade actual, corrompe a dignidade formativa dos povos africanos, e a valorização do temporal em detrimento do eterno, tem gerado fracassos nos modelos de ensino (Koselleck, 1979, p. 27). Por conseguinte, para resolver essas questões, Gime (2022) propõe a necessidade de revalorizar a cultura bantu e reformar o modelo educacional para torná-lo mais integrador e crítico mais questionadora e mais inovadora (p. 210). O perigo dos silêncios e ausências em contexto da escrita de narrativas da história local, discute a relevância de identificar e confrontar as lacunas na formação académica e na produção historiográfica em Angola, especialmente em relação à história local. Enfatiza-se que as ausências impactam:

1. O perfil de saída dos estudantes do ISCED-Cabinda;
2. A produção de manuais e livros sobre a história local;
3. O conteúdo ensinado nas escolas;
4. A produção bibliográfica e historiográfica.

Referindo-se a Santos (2008), o texto menciona *a pedagogia das ausências* e *a ecologia de saberes*, que buscam combater o *epistemicídio*, um processo que marginaliza conhecimentos não ocidentais. O autor “questiona a falta de conteúdos sobre a história local nos currículos escolares, argumentando que a História Local fornece um engajamento cívico perante a sociedade” (Culandi, 2019, p. 70-71). Tropeçando em limitações, subjectividade do autor, escassez de fontes, a influência do poder estatal, enquadramento metodológico deturpado, provocam o surgimento destes silêncios que mostram os limites de estratégias que implicam uma reconstituição mais apurada do passado (Trouillot, 2016, p. 45). Os perigos dessas ausências incluem:

1. A existência de uma história única e confirmada;
2. A transformação da História em uma ciência dos particulares;
3. A limitação da compreensão cultural;
4. A omissão da verdadeira história de um povo.

Portanto, historiador Massanga (2022) destaca a importância de entender as expressões culturais africanas, enfatizando a necessidade de revisar conceitos e abordagens. A inclusão da história local nos currículos escolares é uma estratégia vital para abordar as ausências e silenciamentos presentes no sistema de ensino, permitindo que as vozes da cultura local sejam ouvidas e valorizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, abordou-se a temática *A construção de narrativas sobre a História local e o perigo dos silêncios e ausências em contextos de escrita*. Com base nas narrativas elaboradas pelos licenciados do curso de ensino de História do ISCED-Cabinda, especificamente nas 20 monografias que constituem a amostra de pesquisa, seleccionadas de um total de 100 monografias pré-seleccionadas, compreende-se que a produção de conhecimento sobre a história local é crucial para a formação integral do ser humano.

Os trabalhos analisados evidenciam o comprometimento tanto dos docentes quanto dos discentes na construção de narrativas sobre a história local. Na apresentação, análise e

interpretação dos resultados, identificou-se silenciamentos e ausências nas escritas, confirmando a existência de discrepância entre a realidade do património cultural de Cabinda. De acordo com Mbulo (2018), 88,8% dos estudantes afirmaram que nos programas de ensino de História não há conteúdos que abordem os monumentos e sítios locais, enquanto apenas 9% mencionaram a presença desses conteúdos. Essa discrepância indica um desconhecimento significativo dos patrimónios culturais e históricos de Cabinda, como o *Tratado de Simulambuco*, *Chinfuma*, *Chicamba*, *Ciminteiros dos Nobres*, entre outros. Além disso, Yoba e Passi (2013) referem-se ao Ibinda como a língua local falada em Cabinda, contestando a designação de Fiote, que deriva do verbo *Kufiota*, considerado pejorativo.

Os resultados também demonstram a ausência de programas nos currículos de ensino angolano que estimulem o ensino da História local. Isso valida a ideia esmiuçada sobre a falta de modelos para a inserção do ensino da História local no contexto angolano, particularmente em Cabinda, o que representa um perigo para o processo de ensino-aprendizagem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma história única* (Edição Brasileira). São Paulo, Brasil: Schwarcz S.A.
- Bauman, Z. (1989). *A liberdade*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.
- Barros, C. A. G. (2017). *Tandu-Nzinze (Angola): Do povoado à comuna 1930-2012*. (Monografia). Departamento de Ensino e Investigação em História, Universidade Onze de Novembro. ISCED-Cabinda.
- Batsíkama, P. (2010). *As origens dos reinos do Kongo segundo a tradição oral*. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, 3 (5), 29-46.
- Barros, J. D. (2013). *A expansão da história* (Edição digital). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bernardo, E. P. J. (2018). *Política linguística para o ensino bilíngue em Angola*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bourdieu, P. (1989). *Poder simbólico* (Tradução de F. Tomás). Lisboa, Portugal: Difel.
- Bloch, M. (1993). *A história e a história do tempo*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- Cuanga, M. A. M. (2021). *A importância do ensino da história local na construção da identidade cultural: Caso dos alunos da 7ª classe do complexo escolar Faty-Veneno*. (Monografia). Cabinda, Angola: ISCED-Cabinda.
- Culandi, S. C. (2019). *A formação da profissão do professor. Desafios e perspectivas actuais para qualidade de ensino*. (Brasil): Editora gráfica Maria Oliveira.
- Certeau, M. (1982). *A operação historiográfica*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (1972). *A História da Loucura*. São Paulo (Brasil): Editora Perspectiva.
- Gomes, C. da C. (2018). *Processo do ensino e aprendizagem em Cabinda no período colonial 1961 a 1974*. (Monografia). Cabinda, Angola: ISCED-Cabinda.

- Gime, C. (2022). *Fundamentos filosóficos do insucesso das reformas educativas na África Bantu: O caso da RDC, da Zâmbia e de Angola* (1ª ed.). Benguela, Angola: Editora DS.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (Tradução de T. T. da Silva & G. L. Lopes). Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.
- Kosselleck, R. (2006). *Futuro passado: Para uma semântica da época moderna*. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 32/22 de 12 de agosto. (2022). Diário da República nº 123, Série I. Luanda, Angola: Assembleia Nacional.
- Luemba, J. F. (2022). *Escola e tradições socioculturais em Angola: Um conflito de racionalidades* (1ª ed.). Benguela, Angola: Editora DS.
- Macaia, A. J. (2020). *Importância Histórica dos monumentos holandeses do século XVII: Uma abordagem sobre a evolução sócio urbanístico no município de Cabinda*. Departamento de Ensino e Investigação em História. Universidade Onze de Novembro. (Monografia). Cabinda (Angola): ISCED-Cabinda.
- Dumbi, M. L. & Macaia, P. (2012). *Reflexão histórica sobre a evolução da vila de Belize 1950-2001*. Cabinda, Angola: ISCED-Cabinda.
- Massanga, J. P. (2014). *Diversidade cultural em Cabinda: Estudo sobre as identidades e práticas culturais dos Bawoio do Yabi* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, Brasil.
- Martins, P. J. (1972). *Cabinda: História, crenças, usos e costumes*. Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda, Angola; Rios e Irmãos, Santa Maria de Lamas, Portugal.
- Mingo, J. da P. F. (2021). *Importância da conservação do Tchicumbi e do alambamento na aldeia do Chiazi, 1885 a 2002*. (Monografia). Departamento de Ensino e Investigação em História, Universidade Onze de Novembro, ISCED-Cabinda, Cabinda, Angola.
- Mbulo, F. A. (2018). *Os monumentos e sítios históricos: Seu papel na preservação da identidade cultural do povo de Cabinda: Caso município sede*. (Monografia). Departamento de Ensino e Investigação em História, Universidade Onze de Novembro, ISCED-Cabinda, Cabinda, Angola.
- Mpumba, E. N. B. (2017). *Identidade cultural dos povos de Cabinda: Valores educacionais difundidos pela música Kintueni (Caso dos agrupamentos do Bairro Gika zona B, do município Sede, em Cabinda, 2016)*. (Monografia). Departamento de Ensino e Investigação em História, Universidade Onze de Novembro, ISCED-Cabinda.
- Passi, F. T. & Yoba, S. M. B. (2013). *O nível de conhecimento da Língua Ibinda no seio da juventude: Estudo do caso dos jovens dos 18 a 25 anos, residentes no Bairro 1º de Maio, Zona A*. (Monografia). (Departamento de Ensino e Investigação em História). Cabinda, Angola: ISCED-Cabinda.
- Pinsky, J. (2008). *História e historiografia: problemas e questões*. São Paulo: Editora Moderna.
- República de Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Diário da República, I Série, Nº 23. Assembleia Nacional.

- Santos, B. de S (2009). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol.1.7. ed. São Paulo (Brasil): Cortez.
- Trouillot, M. R. (2016). *Silenciando o passado – Poder e a produção da História*. Curitiba (Brasil): Huya.
- Zau, D. G. D. (2011). *Língua portuguesa em Angola: Um contributo para o estudo da sua nacionalização* (Tese de Doutoramento). Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, Portugal.
- Zemba, A. P. (2012). *A concorrência Europeia em Cabinda (Século XVII à XIX)*. (Monografia). Departamento de Ensino e Investigação em História, Universidade Onze de Novembro, ISCED-Cabinda.